

Índios querem negociar saída de famílias da área Canabrava

Cerca de 37 índios guajaras, entre os quais 25 caciques, da reserva indígena Canabrava-localizada entre os Municípios de Grajaú e Barra do Corda —, estão em São Luís para protestar contra a criação do Município São Pedro dos Cacetes, que fica dentro da área indígena de 131 mil hectares.

Alegando que a criação é inconstitucional porque a reserva é legalmente demarcada desde 1977 pelo Governo Federal, os índios pretendem comparecer à Assembléia Legislativa para discutir com os parlamentares a questão, sob protesto veemente, conforme frisaram ontem pela manhã na sede da Funai.

Eles também irão à Procuradoria Geral da República no Maranhão para acompanhar o processo que a presidência da Funai, em Brasília, deu entrada pleiteando a garantia das terras indígenas. A intenção dos cinco mil índios que residem no local há séculos é tentar todos os meios de negociação para a retirada das três mil famílias do povoado, antes que ocorra algum confronto mais sério, como o que aconteceu na reserva de Urucu-Juruá, também em Grajaú.

Demarcação

Na época da demarcação, a área indígena totalizava 154 mil hectares, de-

pois reduzida para 131 mil. Quando ocorreu a regularização do processo, dezenas de famílias que moravam no local foram deslocadas para outras áreas de assentamentos, ficando somente 15 na reserva, a maioria oriunda do povoado Alto Algre, de Barra do Corda. Assim que a área foi demarcada e os técnicos se retiraram, as famílias voltaram e formaram o povoado São Pedro dos Cacetes, que hoje conta com uma agência bancária, um posto dos Correios e Telégrafos, água encanada e luz elétrica.

Segundo o administrador regional, Pedro Marizê, ainda nesse ano 1977 houve a liberação de 166 milhões de cruzeiros para reassentamento, mas foram desviadas pelo Governo do Estado, na administração João Castelo. "Se o governo estadual tivesse repassado a verba para retirada das famílias, enquanto eram em número reduzido, o problema estaria contornado", explicou. Para ele, o que pior é que os constituintes sabiam que a área está subjúdice e fizeram a transformação do povoado em município com propósitos eleitoreiros e, sobretudo, para prejudicar o índio.

desconhecimento

O cacique Adriano Carvalho, integrante da comissão, informou, por sua vez, que os índios não sa-

Fotos. De Jesus



Em São Luís, guajaras brigam contra um novo município

biam da emancipação e ficaram surpresos quando souberam da decisão. Tentaram conversar com o presidente do órgão, Íris Pedro de Oliveira, em Brasília, mas foram expulsos de sua sala porque segundo o cacique "o presidente não quis se envolver".

Eles, então, arranjaram dinheiro para vir a São Luís e já informaram que só sairão da ilha depois que tiverem uma resposta para o problema. "Queremos negociar a saída pacífica dos posseiros, não a área do povoado que ocupa um quinto do território indígena", frisou.

Mais revoltado está o índio Antônio Mariano. Indignado, diz que a Constituição Estadual não tem um artigo que trate da proteção ao índio e nem sequer considera a área indígena intocável, como prevê a Constituição Federal. Na sua opinião, tudo o que o homem branco faz só serve para prejudicar os outros e, principalmente o índio.

Os homens brancos só fazem leis e decretos para acabar com os outros. Eles tiraram tudo o que o índio tinha de mais importante e agora querem tirar também a terra onde moramos. Não vamos mais admitir essa situação. Chega de opressão. Também somos brasileiros", adverte irritado.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado do Maranhão

Class:

218

Data: 07/10/89

Pg: